

CELSE FURTADO E A FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL: uma interpretação

Wagner Cabral da Costa¹

Análise historiográfica do livro “Formação Econômica do Brasil” de Celso Furtado, buscando-se identificar-lhe as bases teóricas, bem como a sua arquitetura. Discutem-se os diferentes momentos de elaboração do conceito de subdesenvolvimento em sua obra²

1 INTRODUÇÃO

“Que país é este (?)”. Esta pergunta pode ser utilizada para caracterizar a preocupação de várias gerações de intelectuais brasileiros, das mais diferentes formações. Apesar de sua heterogeneidade, uma parcela considerável de nossa elite intelectual se dedicou, desde o final do século XIX, a pensar o Brasil. A questão nacional assumindo dessa forma um lugar de destaque em diferentes formulações nas áreas da Cultura, da Literatura, da Política, da História, da Economia, da Sociologia, entre outras.

Este artigo se destina à análise da produção de um desses intelectuais, o economista Celso Furtado. Este autor tem uma importância fundamental, entre tantos outros que se dedicaram ao estudo da Economia brasileira e de seu processo evolutivo. O livro Formação Econômica do Brasil é um clássico da historiografia econômica brasileira, constituindo-se num referencial básico para todos aqueles que se debruçam sobre este tema.

Desse modo, nosso objeto de estudo será o livro de Celso Furtado, buscando-se compreender-lhe os fundamentos teóricos, bem como suas motivações últimas. O que nos move nesta empreitada é a convicção de que, se ainda queremos responder à indagação sobre “que país é este (?)” e descortinar alguma perspectiva para o mesmo, devemos dominar o debate que os “clássicos” já empreenderam, para poder avançar a partir daí a discussão. Já com os novos problemas e questionamentos levantados pela contemporaneidade.

¹ Professor Departamento de História/UFMA. Mestrando em História na UNICAMP.

² Agradecemos as sugestões, críticas e indicações bibliográficas dos pareceristas, as quais foram incorporadas e debatidas na medida de nossas possibilidades.

Ademais, a vitalidade das ideias de Celso Furtado foi mais uma vez atestada pela realização, em fevereiro de 1997, de um Colóquio Internacional que reuniu em Paris estudiosos da Europa e da América. Segundo um dos organizadores do evento, o professor Ignacy Sachs, da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, “Celso Furtado é, ao lado de Gilberto Freyre, o intelectual brasileiro de maior prestígio na academia mundial”³. Então, como dizem os ingleses, back to basics.

2 CELSO FURTADO E SEU TEMPO

A análise de Formação Econômica do Brasil deve, a nosso ver, começar pela recuperação do homem Celso Furtado, situando-o em seu tempo: as linhas gerais de sua formação intelectual, as influências que recebeu, os debates em que estava envolvido, a sua atuação política e profissional. Desse modo, perceberemos um elemento central em sua obra, que é a sua preocupação com o presente, ou melhor, a sua visão de futuro a partir da transformação estrutural do presente do país.

É fato assaz conhecido a relação de Celso Furtado com a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), entidade ligada à ONU. A CEPAL empreendeu um rico debate sobre a realidade latino-americana, buscando elaborar categorias de análise desta realidade e, acima de tudo, contribuir para o desenvolvimento da América Latina. Nesse debate, os intelectuais ligados à CEPAL travaram um diálogo tanto com o pensamento marxista e suas formulações sobre a América Latina (especialmente a teoria do imperialismo, em suas diferentes versões), quanto com as formulações baseadas na Economia clássica ou neoclássica. Em relação aos marxistas, a CEPAL discutiu em primeiro lugar com aqueles teóricos que advogavam a ideia de que o imperialismo teria condenado a América Latina à estagnação e ao subdesenvolvimento, não havendo, pois, saída para o desenvolvimento da América Latina nos marcos do capitalismo. Já em relação aos neoclássicos, a CEPAL empreendeu a crítica da “teoria das vantagens comparativas”, a qual tendia a justificar a divisão internacional do trabalho prevalecente naquele momento, perpetuando assim o “fosso” que separava os países desenvolvidos dos países pobres ou subdesenvolvidos (CARDOSO, 1993: cap.1).

A partir dessa crítica, os teóricos da CEPAL, inspirados no Estruturalismo e na análise macroeconômica de Keynes, definiram qual o caminho a ser tomado para obter o desenvolvimento da América Latina: a industrialização, que seria o “remédio milagroso” para os

³ Gazeta Mercantil, 17/02/1997, p. A-6. O Colóquio foi intitulado “O que é desenvolvimento. A atualidade do pensamento de Celso Furtado”.

males que afligiriam o nosso “maldito” subcontinente. Neste aspecto, a CEPAL respaldou teoricamente as iniciativas de alguns países da América Latina no sentido da implantação/ampliação de seus parques industriais. Mais do que isto, a CEPAL deu status teórico à intervenção ampliada do Estado na economia, advogando-a como forma de superar os pontos de estrangulamento existentes e criar as condições para dar o “salto” necessário à industrialização. O Estado assumia um caráter demiúrgico, de criador, tendo como elemento-chave desse processo criativo a questão do planejamento econômico.

A CEPAL também estava ligada aos movimentos nacional desenvolvimentistas que emergiram na América Latina a partir das primeiras décadas do século XX e, especialmente, após a crise de 1929, movimentos no geral conduzidos por elites dominantes “renovadas e modernizantes”. O nacionalismo buscava construir a Nação sob vários aspectos, neles se destacando o aspecto econômico: a independência e autonomia da Nação só estariam dadas na medida em que ela contasse com uma estrutura econômica “moderna”/industrial, capaz de gerar um impulso dinâmico endógeno. A CEPAL se moveu dentro destes marcos pois, como aponta MELLO (1994: 20), a sua problemática era a problemática da industrialização nacional a partir de uma situação periférica e dependente. Desse modo, a luta era pela construção da Nação, ou melhor, por um desenvolvimento nacional autônomo.

Assim, o conceito-chave da formulação cepalina foi o conceito de subdesenvolvimento, através do qual se procurava compreender e explicar a economia dos países da América Latina. Esta mesma preocupação é expressa por FURTADO (1983:38, grifos do autor) ao analisar o caso particular do Brasil. Disse ele: “O esforço para compreender o atraso brasileiro levou-me a pensar na especificidade do subdesenvolvimento”. A análise do subdesenvolvimento, tendo como pano de fundo a questão nacional eis o dilema enfrentado pela CEPAL e por Celso Furtado.

A questão não era mais pensar a América Latina à luz de “velhos” paradigmas e conceitos mas, sim, formular um pensamento original sobre uma realidade também original. Como apontou o próprio Celso Furtado, em entrevista, a perspectiva da CEPAL era heterodoxa (de um ecletismo intelectual muitas vezes criticado) e se propunha a:

“... pensar a América Latina a partir de coisas novas. Não em simplesmente, digamos, o Brasil e o seu café. Era pensar em coisas totalmente novas, com uma visão da dinâmica e da estrutura da economia mundial das relações de poder que economia mundial implicava” (“O pensamento...” 1995:98).

No Brasil, as ideias da CEPAL tiveram grande penetração, tomando seu maior teórico entre nós, Celso Furtado, uma celebridade. Desde o 2º governo Vargas (1951-54), a CEPAL e Celso Furtado exercem uma influência nos rumos da industrialização brasileira.

Inicialmente através do Grupo Misto de Estudos CEPAL/BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico), dirigido por Celso Furtado, cuja tarefa foi coletar e produzir dados estatísticos e realizar estudos que servissem de base ao planejamento do Governo. Como ressalta LEOPOLDI (1994:195-6), foi formada uma aliança populista desenvolvimentista reunindo os industriais, a CEPAL e Vargas, sendo o Brasil, aliás, segundo a autora, o único país da América Latina onde houve tal convergência de ideias. Esta aliança populista-desenvolvimentista, apesar dos abalos sofridos com a crise política do 2º governo Vargas, não se desfez, tendo continuidade ao longo dos governos Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart, quando foi finalmente rompida, através do golpe militar de 1964.

Durante o governo JK (1956-1960), a trajetória e a produção intelectual de Celso Furtado estiveram mais do que nunca voltadas para a ação. Nesse período ele foi Diretor Regional do BNDE, economista do GTDN (Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste), formulador da “Operação Nordeste” inserida no Plano de Metas, diretor do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (CODENO) e, por fim, idealizador e primeiro gestor da SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste). Nunca é demais lembrar que o livro *Formação Econômica do Brasil* foi escrito nesse período de total euforia desenvolvimentista.

Como aponta OLIVEIRA (1983: 15, grifos do autor), “sem abusar da expressão, seria necessário voltar a dizer que, desta feita, Furtado transforma-se no demiurgo do Nordeste”, assim como antes fora o “demiurgo do Brasil”. Uma de suas preocupações centrais era a “questão regional” nordestina, como transparece, entre outros textos, da leitura de *Formação Econômica do Brasil*⁴. Preocupação e temática compartilhadas com os técnicos envolvidos nessas atividades. Veja-se, por exemplo, o Relatório do GTDN, “Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste” (1959), texto fundamental para a discussão da “questão regional” brasileira, no qual estão presentes inúmeras das questões suscitadas pelos trabalhos de Celso Furtado⁵.

No breve governo de Jânio Quadros (janeiro/agosto de 1961), este procura dar continuidade ao programa desenvolvimentista, já esboçado na campanha eleitoral, quando havia defendido como pontos centrais de sua plataforma política a estabilidade financeira, o estímulo à agricultura e a reforma agrária, além de uma política de desenvolvimento regional. Para tanto, reforça a estrutura da SUDENE, “promovendo seu superintendente, Celso Furtado, a ministro

⁴ É importante salientar, neste ponto, que, a partir da análise da “questão regional” como um processo de reprodução das relações Centro/Periferia no interior da economia nacional, a “solução” para o problema Nordeste é, no essencial, a mesma preconizada para o Brasil: políticas planejadas e concertadas de industrialização.

⁵ Informalmente, afirma-se que o texto do relatório do GTDN seria de autoria de Celso Furtado. Para uma discussão do relatório ver SICSÚ (1994) e OLIVEIRA (1977).

sem pasta, com estatura condizente com os problemas que a região enfrenta” (CAMARGO, 1991:184).

No período Jango (1961-64), Celso Furtado se envolveu ativamente na defesa das reformas de base, propondo políticas e estratégias de transformação estrutural do país, com forte influência na esquerda da época. Chegou a ser indicado Ministro do Planejamento, ocasião em que lançou o Plano Trienal, visando combater a inflação e retomar o crescimento econômico, através das reformas estruturais, com destaque para a reforma agrária. Contudo, a conjuntura cada vez mais radicalizada rapidamente solapou o plano e o golpe de 1964 destruiu de vez as esperanças dos reformistas. A partir de então, Celso Furtado deixou de ter uma atuação política direta e passou a ser cada vez mais “acadêmico”, entrando em sua fase “pessimista” (OLIVEIRA, 1983).

É o próprio Celso Furtado quem nos dá uma breve avaliação desse período populista, no qual, segundo ele, o seu mais importante interlocutor teria sido a esquerda:

“... eles [a esquerda] me apoiavam. Eles viam em mim um homem independente. Inclusive Prestes afirmava que me apoiaria. Por isso consegui aquilo da SUDENE. A imprensa me apoiou porque eu não estava ligado a nenhum partido em especial. Nessa época, a opinião nacionalista quase de direita de alguns setores militares me dava seu apoio. Por isso também tive o apoio de três diferentes presidentes, porque sabiam que eu tinha apoio em amplos setores sociais” (“O pensamento... 1995:102).

Celso Furtado era, assim, um dos mais importantes economistas do país e as suas ideias influenciaram, tanto teórica quanto praticamente, várias gerações de economistas, historiadores e cientistas sociais.

3 O CONCEITO DE SUBDESENVOLVIMENTO

Antes de enfrentar a árdua tarefa de analisar as linhas básicas do livro, gostaríamos de recuperar alguns conceitos trabalhados por Celso Furtado em Formação Econômica do Brasil. Afinal de contas, em quais pressupostos teóricos o autor estava se baseando para interpretar a História Econômica do Brasil?

Como já foi apontado, o conceito-chave da formulação furtadiana é o conceito de subdesenvolvimento, o que de imediato pressupõe o seu oposto, o desenvolvimento. Através destas categorias, Celso Furtado busca apreender as relações entre as economias capitalistas centrais (desenvolvidas) e as economias dos países da América Latina. A questão colocada é estudar a especificidade do processo de formação das economias subdesenvolvidas, em seus

diferentes aspectos. Assim, a relação entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos (CENTRO x PERIFERIA) ocupa um lugar central em sua formulação.

Mas o que seria o subdesenvolvimento na perspectiva de Celso Furtado? Nosso argumento consiste em que, na realidade, houve dois momentos na elaboração do conceito de subdesenvolvimento na obra de Celso Furtado: um primeiro momento, implícito em Formação Econômica do Brasil e correspondente à fase de ascensão das forças nacionalistas, populistas e reformistas na América Latina; e um segundo momento, relacionado com a fase “pessimista” do autor, quando a análise dos processos de industrialização ocorridos em alguns países da América Latina, durante as décadas de 1950 e 1960, obriga-o a reformular e refinar os seus pontos de vista iniciais.

Desse modo, como era pensado o subdesenvolvimento por Celso Furtado num primeiro tempo? No nosso entender, os principais elementos do primeiro momento os quais estão subjacentes ao texto de Formação Econômica do Brasil, seriam os seguintes:

a) a existência de uma determinada divisão internacional do trabalho que contrapõe, de um lado, os países desenvolvidos (Centro) e, do outro, os países subdesenvolvidos (Periferia), ou seja, a ideia de que o desenvolvimento da economia mundial capitalista é fundamentalmente desigual;

b) o dual estruturalismo: a economia subdesenvolvida compreende dois setores: setor “moderno” (economia de exportação) e setor “atrasado” (economia de subsistência). Portanto, está organizada segundo o modelo primário-exportador o qual não apresenta uma dinâmica endógena (sem autodeterminação econômica);

c) a dependência externa: a existência de complexas relações de dominação política e econômica do Centro sobre a Periferia, expressas, por exemplo, na forte dependência da demanda externa e na apropriação de uma parcela considerável do excedente econômico da periferia pelas economias centrais, através do mecanismo das “trocas desiguais” (deterioração dos termos de troca);

d) o estabelecimento de uma periodização da História econômica do Brasil, com duas fases: economia exportadora / economia de mercado interno. Neste contexto, ganha relevo a análise da transição de uma fase à outra;

e) a “receita” para a superação do subdesenvolvimento consiste na industrialização, através da qual estaria solucionado o problema da “sangria de recursos” via “trocas desiguais”. Desta forma, com a passagem para o modelo urbano-industrial seria alcançada a autonomia econômica nacional, com o desenvolvimento de auto-propulsão (baseado no mercado interno) e a ruptura das relações de dependência.

Baseando-nos nos elementos acima citados, consideramos que, ao estabelecer uma relação unívoca e linear entre industrialização, desenvolvimento e autonomia econômica, o conceito de subdesenvolvimento perdeu seu poder explicativo diante das transformações por que passava a economia brasileira (para não falar de outros países da América Latina), a partir da segunda metade dos anos 1950. De fato, o processo de industrialização no Brasil não trouxe consigo a tão desejada independência econômica da Nação. Ao contrário, houve o aprofundamento dos laços de dependência que ligavam a economia brasileira aos centros capitalistas mundiais, a partir do processo de internacionalização do mercado interno, com a entrada em larga escala do capital estrangeiro no país.

A dependência tinha assumido um “novo caráter”, como apontaram Cardoso e Faletto. Estes afirmam a “inexistência de um nexos imediato entre a diferenciação do sistema econômico [industrialização] e a formação de centros autônomos de decisão”, bem como sugerem “a possibilidade de existir diferenciação econômica dentro de uma relação de dependência”, ou seja, desenvolvimento dependente (CARDOSO & FALETTO apud GOLDENSTEIN, 1994:39-40).

Na verdade, o movimento contraditório da História havia pregado uma peça às teses dualistas de Celso Furtado: o surgimento do “moderno” (com a industrialização) não conduziu à eliminação do “atrasado”; pelo contrário, o “moderno” repôs o “atrasado”, atualizando-o (SCI-IWARZ, 1995: 6), configurando, desta forma, um típico processo de modernização conservadora.

Foi esta constatação empírica e conceitual, a nosso ver, que motivou Celso Furtado a reformular o conceito de subdesenvolvimento, buscando adaptá-lo às novas realidades das economias latino-americanas. Ao adotar esse procedimento, parece-nos, Celso Furtado reconheceu, implicitamente e sem querer, a falência do paradigma cepalino de explicação e transformação da realidade brasileira e latino-americana, nos termos em que este paradigma foi formulado ao longo dos anos 1950. Falência que foi, também, a dos movimentos nacional-reformistas que deram sustentação social e política a esse projeto de desenvolvimento nacional autônomo, via industrialização.

a) Dessa forma, chegamos ao segundo momento do conceito de subdesenvolvimento, que pode, resumidamente, ser caracterizado através dos seguintes elementos⁶:

⁶ Caracterização baseada em FURTADO, 1983:42-78. Esse texto foi extraído do livro Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico, publicado em 1967. As páginas entre parênteses indicam o texto da coletânea organizada por Francisco de Oliveira.

b) a expansão do capitalismo sobre economias pré-capitalistas gerou o fenômeno do “capitalismo bastardo”, com a “formação de economias dualistas em que um núcleo capitalista passava a coexistir, pacificamente, com uma estrutura pré- capitalista”. Desta forma, “... sempre que o núcleo capitalista existiu como uma cunha controlada de fora, pouco se modificaram as estruturas. Caberia falar, neste caso, de capitalismo bastardo...” (grifo do autor, p.45).

c) o dualismo estrutural conceito que “se refere à coexistência do modo de produção capitalista [moderno] com outros modos de produção não-capitalistas [atrasado], ... no quadro do subdesenvolvimento”, entendido enquanto “economias que não podem ser concebidas fora de certo sistema de relações internacionais que engendra o fenômeno da dependência” (grifo do autor, p. 61).

d) a dependência externa: o subdesenvolvimento é um fenômeno de dominação. O comportamento das economias subdesenvolvidas não pode ser explicado sem levar em conta “as normas que regem sua inserção no sistema econômico internacional” (p.78).

e) uma tipologia das economias subdesenvolvidas: “grau inferior”, para designar as economias latino-americanas que ainda se baseavam no modelo primário-exportador; “grau superior”, referindo-se às economias que tinham conseguido dar um “salto” para o modelo urbano-industrial, sem, contudo, ter rompido com a dependência (p.48).

Partindo dessa caracterização, gostaríamos de discutir alguns aspectos do segundo momento do conceito, tal como reformulado por Furtado. Em primeiro lugar, não existe mais uma identificação unilinear e inequívoca entre o subdesenvolvimento e economias primário-exportadoras, de um lado, e o desenvolvimento e economias industriais, por outro.

Este novo posicionamento fica claro quando o autor analisa as fases do processo de industrialização na América Latina, apontando a permanência do subdesenvolvimento, tanto durante a industrialização induzida pela expansão das exportações, quanto no decorrer da industrialização substitutiva de importações. Portanto, a industrialização ocorreria, mas não trouxera a sonhada utopia de um capitalismo nacional autônomo. Na verdade, havia agora um “subdesenvolvimento industrializado”, pelo menos em alguns países da América Latina, entre eles o Brasil (FURTADO, 1983: 73-8).

Em segundo lugar, o próprio autor faz questão de destacar que a liquidação do dualismo estrutural, com a homogeneização do espaço econômico através da generalização das relações de produção capitalistas, não necessariamente faz desaparecer o subdesenvolvimento. Somente a constituição e consolidação do setor moderno (capitalista) não basta; o subdesenvolvimento só desaparece, mesmo parcialmente, quando houver “um ascenso

crescente da coletividade local à autonomia de decisões com respeito à utilização dos fluxos de renda gerados pelo sistema produtivo, inclusive o excedente” (FURTADO, 1983: 62, grifos nossos). O que ele não esclarece é como a “coletividade” (quem? o termo é absolutamente vago!) conseguirá essa “autonomia de decisões”.

Portanto, o elemento central do conceito de desenvolvimento nesta reformulação é, em última instância, a “autonomia de decisões” (isto é, a capacidade de autogerar o crescimento a partir de decisões de investir tomadas internamente), e o seu oposto, o subdesenvolvimento, tem como elemento chave justamente a ausência de “autonomia”. Deste modo, excluída a questão da industrialização, o conceito de subdesenvolvimento é fundamentalmente caracterizado pelo fenômeno da dependência, sendo o desenvolvimento entendido como o processo de constituição de um capitalismo nacional autônomo, para o que a industrialização é uma condição necessária, mas não suficiente.

Há uma nítida mudança de enfoque, através da qual o trinômio subdesenvolvimento / dependência / economia primário-exportadora é reduzido ao binômio subdesenvolvimento / dependência. Contudo, tal reformulação ocorreu sem que fosse alterado o seu acento fortemente nacionalista. Este aspecto é absolutamente fundamental para qualquer “ajuste de contas” teórico com o conceito de subdesenvolvimento, que procure pensar sua validade e utilidade para a interpretação dos processos econômicos contemporâneos. Assim, pensar a atualidade de tal conceito (segundo a tradição cepalino-furtadiana) é também pensar o lugar do nacionalismo e do Estado-Nação em tempos de globalização econômica.

Em recente entrevista, o próprio Celso Furtado aponta nessa direção. Perguntado sobre se “ainda faz sentido dividir os países entre subdesenvolvidos e desenvolvidos”, assim argumentou: “A classificação ainda é válida. Mas é preciso entender como subdesenvolvido o país com marcadas desigualdades sociais” (Veja, 08/01/1997, p.11). Ou ainda, “O Brasil é um país subdesenvolvido típico. Economia emergente é um eufemismo” (Veja, 19/03/1997, p.15). Nota-se, portanto, ao lado do “apego” ao conceito de subdesenvolvimento, a sua constante reformulação (estaríamos diante de um terceiro momento?) tendo em vista o enfrentamento do debate contemporâneo.

4. CELSO FURTADO E A FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL

Estando definidos, pois, alguns dos pressupostos teóricos que balizam a análise de Celso Furtado em Formação Econômica do Brasil, passemos à discussão das linhas básicas do livro, procurando revelar-lhe a arquitetura. Dirigido em especial ao público universitário, que

sugere um “conjunto de temas para a reflexão e o debate”, o livro busca associar as teorias econômicas e sua aplicação ao processo histórico, revelando, desta forma, o seu interesse “prático”. No caso, o estruturalismo é a teoria econômica a partir da qual Celso Furtado analisa o processo de formação da economia brasileira enquanto uma economia subdesenvolvida, buscando captar-lhe as especificidades. Nas suas próprias palavras,

A preocupação central consistiu em descotinar uma perspectiva o mais possível ampla. Na opinião do autor, sem uma adequação da profundidade de perspectiva torna-se impossível captar as inter-relações e as cadeias de causalidade que constituem a urdidura dos processos econômicos” (FURTADO, 1991:1-2)

O pensamento de Celso Furtado se caracteriza por ser de tipo dualista, considerando sempre a estrutura econômica a partir de vários níveis de oposição dual. Neste aspecto, talvez ele se aproxime da concepção dialética da História (e sua noção de unidade de contrários), embora seja crítica frequente que Celso Furtado encara estas oposições sem um maior aprofundamento das inter-relações, conexões e contradições entre os pares de opostos (OLIVEIRA, 1983:12). A nossa leitura de Formação Econômica do Brasil permitiu identificar pelo menos três níveis de oposição dualista presentes no livro. O ponto básico da oposição seria a ligação (ou não) com o mercado, com a economia monetária, ou, para ser mais preciso, o maior ou menor grau de enquadramento nas linhas de força do mercado internacional capitalista. Dentre estes níveis, destacamos os seguintes:

a) o plano internacional. Analisando a divisão internacional do trabalho durante o período de colonização da América, Celso Furtado estabelece a oposição entre colônias de exportação e colônias de povoamento⁷ além da óbvia oposição entre Metrópole e colônia. Posteriormente, o dualismo aparece na forma de relações entre Centro e Periferia;

b) o plano da economia brasileira. Aqui o dualismo é reposto através da caracterização da economia brasileira em termos de dois setores básicos; 1) a economia de exportação e a 2) economia de subsistência (mercado interno). Esta contraposição é a base sobre a qual será feita a periodização da História Econômica do Brasil;

c) o plano da atividade econômica específica. Também as atividades econômicas seriam marcadas pela oposição, agora na forma de um setor monetário x um setor de

⁷ Para uma discussão, consultar NOVAIS (1969), que argumenta em favor das “categorias fundamentais de ‘povoamento’ e ‘exploração’, como modalidades básicas da colonização da época do Antigo Regime”. Ainda segundo NOVAIS (1969:247-54), tais categorias foram construídas a partir dos trabalhos pioneiros de Wilhelm Roscher (1848) e Paul Leroy-Beaulieu (1874), sendo sintetizadas da forma seguinte: “... as colônias de exploração povoam-se para explorar (isto é, produzir para o mercado metropolitano), as de povoamento exploram os recursos do ambiente no fundamental para prover o seu próprio mercado (isto é, exploração para povoamento)..”

subsistência, como, por exemplo, na pecuária nordestina (cap. X e XI) e nas colônias europeias do Rio Grande do Sul (cap. X) (II).

De antemão, convém lembrar que esta formulação de Celso Furtado não é propriamente original, pois ele “caminha” na senda aberta pioneiramente no Brasil pelos trabalhos de Caio Prado Júnior. Como destaca NOVAIS (1969:253-4), Celso Furtado e Caio Prado Júnior convergem na ideia de que as categorias de colônias de exploração e de povoamento são fundamentais “para situar a formação econômica brasileira no quadro da expansão colonial europeia”.

Este, aliás, é um aspecto interessante do livro *Formação Econômica do Brasil*: apesar de nunca ser citado ao longo de todo o livro, nota-se claramente em algumas passagens e mesmo na linha geral de análise a presença de Caio Prado Júnior e suas formulações sobre o Brasil. Logo na primeira frase do capítulo 1, FURTADO (1991) escreve: “A ocupação econômica das terras americanas constitui um episódio da expansão comercial da Europa”. Nada mais próximo do “sentido da colonização” de Caio Prado Júnior, que afirma que a “era dos descobrimentos” e a colonização da América constituem um capítulo da História do Comércio europeu (PRADO Jr., 1987).

Mas não é só nesses aspectos que haveria proximidade entre os trabalhos de Caio Prado Júnior e Celso Furtado. Há uma convergência também no ponto essencial de seus livros **Formação do Brasil Contemporâneo (Colônia)** e **Formação Econômica do Brasil**: a discussão sobre a emergência da Nação brasileira (a questão nacional); emergência que, na visão de ambos, ainda estaria incompleta no momento em que escreveram os seus trabalhos (1942 e 1959, respectivamente). Embora com óticas diferenciadas, a problemática subjacente é a mesma: a formação nacional⁸. Contudo, a análise de Caio Prado é mais abrangente, envolvendo economia, política, sociedade e cultura, enquanto a interpretação de Celso Furtado é estritamente econômica, na linha da CEPAL.

Para Caio Prado Júnior, a questão maior é estudar o processo de passagem de uma economia colonial para uma economia nacional; e por isso ele se preocupa em estudar a herança colonial, fazendo um balanço final da obra colonizadora portuguesa no Brasil. Já Celso Furtado investiga as condições que permitiram a transição de uma economia exportadora para uma economia de mercado interno. Mudam os termos, permanecem as ideias, havendo grande

⁸ Sobre a ideia de formação, consultar ARANTES (1992:9-30). Apoiado em Antonio Cândido, este autor analisa o “sentimento dos contrários” e o dualismo na experiência intelectual do país, afirmando que a “dialética do local e do universal ... exprime não só a lógica específica do sistema literário brasileiro mas também a regra geral de certas linhas evolutivas de nossa sociedade a que o ensaio clássico de interpretação do Brasil deu o nome de Formação” (ARANTES, 1992:17, grifos nossos).

afinidade entre elas, inclusive na forma como estabelecem uma determinada problemática e uma determinada periodização para a História econômica brasileira. Consideremos, pois:

1ª fase: economia colonial / economia exportadora: período em que a economia brasileira tinha sua dinâmica ditada por suas relações com o mercado internacional, ocupando a função de país primário-exportador. Nos termos colocados por Celso Furtado, corresponderia ao primeiro momento do conceito de subdesenvolvimento.

2ª fase: economia nacional / economia de mercado interno: período em que a economia brasileira passaria a se autodeterminar, isto é, corresponderia a um processo de desenvolvimento auto sustentado. Desta forma, a afirmação da Nação brasileira estaria ligada à emergência do modelo urbano- industrial.

Pode-se concluir, portanto, que a estrutura do livro Formação Econômica do Brasil está firmemente assentada sobre o primeiro momento do conceito formulado por Celso Furtado. O autor estuda a estrutura e a dinâmica da economia brasileira, nos seus diferentes sistemas regionais e nos diversos momentos históricos, ao mesmo tempo em que faz, para cada um desses sistemas e momentos, as seguintes perguntas, conforme seu método histórico-estrutural:

a) que possibilidades efetivas de expansão e evolução estrutural apresenta o sistema econômico em estudo (açucareiro, etc.)? Quais os seus padrões de resposta à crise?;

b) em que momento específico (expansão ou crise) foi possível iniciar a transição da economia exportadora para a economia de mercado interno? Por que determinadas oportunidades de desenvolvimento foram perdidas?;

c) Quais as condições em que se torna possível uma transformação estrutural da economia, rumo à industrialização e à superação do subdesenvolvimento? Por que isto acontece a determinados sistemas econômicos e a outros não?

De certa forma, suas perguntas podem ser comparadas ao enigma da esfinge, não a grega, mas a nossa, tupiniquim. A esfinge chamada Brasil ameaça devorar o herói-demiurgo caso ele não consiga decifrar o seu significado: Afinal de contas, o que é o Brasil? Que país é este? Para decifrá-lo, o herói torna-se um viajante. Ele pára, respira fundo ... e mergulha na História Econômica brasileira.

Depois de verificar que, por várias razões, tal transição não foi possível no complexo nordestino (açúcar + pecuária), nem no sistema minerador e muito menos nas áreas de economia de subsistência do resto do país⁹, Celso Furtado centra suas baterias na análise da expansão cafeeira da 2ª metade do século XIX. Chegamos agora ao xis da questão. Depois de

⁹ Devido ao espaço disponível, não poderemos demonstrar o argumento do autor para esses setores.

um rico e proveitoso passeio pela História Econômica brasileira, o viajante formula a sua resposta ao enigma da esfinge Brasil: em fins do século XIX, no interior da economia cafeeira houve mudanças estruturais propiciadas pela emergência da economia de trabalho assalariado em substituição à economia escravista, transição que, no seu movimento contraditório, criou as pré-condições para a passagem de uma economia exportadora para uma economia de mercado interno, havendo, portanto, uma dupla transição.

Embora seja bem conhecido, é bom relembrar o argumento central de Celso Furtado sobre a transição:

a) O impulso inicial para a formação da economia de mercado interno veio da economia exportadora, das contradições e tensões desta (etapa do desenvolvimento induzido).

b) O deslocamento do centro dinâmico da economia para o interior do país ocorreu em função de uma crise de grandes dimensões do setor exportador cafeeiro (a crise de 1929, conforme a teoria dos “choques adversos”).

c) Esse deslocamento foi também possibilitado pela política anticíclica adotada pelo Governo brasileiro, cujo efeito inconsciente foi alterar as perspectivas de investimento em favor do setor de mercado interno, especialmente a indústria.

d) Com a crise do setor exportador, teve início um processo de industrialização substitutiva de importações, a partir do qual se edificou no Brasil uma economia de mercado interno (urbano-industrial).

Com base nesta avaliação, o autor pôde concluir que:

É das tensões internas da economia cafeeira em sua etapa de crise que surgirão os elementos de um sistema econômico autônomo, capaz de gerar o seu próprio impulso de crescimento, concluindo-se então definitivamente a etapa colonial da economia brasileira.” (FURTADO, 1991:38)

5. CONCLUSÃO

A nossa leitura de Celso Furtado permitiu identificar que a arquitetura do livro Formação Econômica do Brasil está solidamente alicerçada no primeiro momento do conceito de subdesenvolvimento e na problemática da transição para uma economia desenvolvida, autônoma e industrializada no Brasil.

No nosso entender, é justamente esta a força e ao mesmo tempo a debilidade deste trabalho de Celso Furtado: força porque ele consegue cumprir brilhantemente seu objetivo de associar teoria e análise histórica, tecendo um texto com um nível extraordinário de coerência interna, debilidade devido aos equívocos de seu referencial teórico, pois este não conseguiu

explicar os processos econômicos das décadas de 1950/1960, acabando por introduzir no livro um “vício” de origem genética e metodológica.

Expliquemo-nos melhor, para evitar mal-entendidos. Como já apontamos, apoiados em MELLO (1994:20), a problemática cepalina era a da industrialização nacional a partir de uma situação periférica e dependente. Para enfrentar tal questão, os teóricos da CEPAL formularam o conceito de subdesenvolvimento (em sua primeira versão).

Pois bem, em termos gerais, foi com esta preocupação que Celso Furtado refletiu sobre a formação econômica do Brasil, procurando investigar a transição de uma economia exportadora (colonial) a uma economia de mercado interno (nacional), construída a partir de um processo de industrialização substitutiva de importações. Uma vez que tal processo fosse bem sucedido, estaria formada a economia brasileira, isto é, ela estaria assentada em seu próprio mercado e dessa forma superaria o subdesenvolvimento¹⁰.

Dizendo de outro modo, o empenho analítico e prático de Celso Furtado (no livro *Formação Econômica do Brasil*) é no sentido da construção nacional, a construção de um Brasil moderno e desenvolvido, com a liquidação de nossa “herança colonial” (o subdesenvolvimento), com o que seria obtido o equilíbrio entre o local e o universal (para usar os termos de Antonio Cândido). É nessa direção que se encaminham as suas conclusões (bem como suas recomendações implícitas) nos capítulos finais do Livro.

Ora, tal tendência histórica (se chegou de fato a existir algum dia) foi abortada entre as décadas de 1950 e 1960: do ponto de vista econômico, com a implantação do modelo dependente associado nos anos JK; do ponto de vista político, com o golpe militar de 1964 e a consequente derrota dos projetos populistas e de esquerda. A formação econômica nacional ficou incompleta, deixando “no ar, a sensação ... de que o Brasil era um país inacabado, mal resolvido, fora de eixo, cuja formação à europeia teimava em não se completar” (ARANTES, 1992:27).

Portanto, a mutação histórica ocorrida no período comprometeu as bases teóricas e empíricas da problemática cepalina e de seu principal conceito: o subdesenvolvimento. De tal forma que comprometeu também os pressupostos (e as conclusões) sobre os quais foi construída a interpretação da história econômica do Brasil fornecida por Celso Furtado. De certa forma, ele persegue no livro uma miragem, uma transição que nunca existiu, a não ser na teoria.

A reformulação posterior do conceito de subdesenvolvimento confirma a nossa ideia. Se, por um lado, tal reformulação foi necessária e positiva, na medida em que a

¹⁰ Ver nota 6.

construção do conhecimento nas ciências sociais reivindica a adequação dos conceitos à realidade que se pretende estudar; por outro lado, a reelaboração do conceito, com vistas a atualizá-lo, exigia um “acerto de contas” mais radical com a problemática da formação nacional, o que, do nosso ponto de vista, ficou por fazer.

Seria o caso, então, de perguntar acerca da validade do procedimento de “redução” do conceito: do trinômio subdesenvolvimento/dependência/economia primário-exportadora ao binômio subdesenvolvimento/ dependência, ou mesmo a sua versão mais recente que enfatiza a relação subdesenvolvimento/ desigualdades sociais. Um “tatear errante”, perdido em meio a um processo histórico cuja complexidade sempre escorre por entre as mãos? Uma ação teórica e metodologicamente destinada a preservar a vitalidade de um conceito fundamental? Ambas as atitudes ou simplesmente a visão de um “flâneur”?

Qualquer que seja a resposta dada a essas e outras questões, apenas uma certeza aflora: quem quer que se aventure pelos (des) caminhos do debate sobre a formação nacional tem de, necessária, corajosa e, desabusadamente, enfrentar os enigmas da esfinge. A única fórmula possível já foi dada: “... pensar a partir de coisas novas”.

SUMMARY

Historiographical analysis of the book “Formação Econômica do Brasil” by Celso Furtado, identifying its theoretical basis, as well as its architecture. Discussion about two different moments in the elaboration of the concept of underdevelopment in his work.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Marcelo de Paiva (org.). A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana (1889-1989). Rio de Janeiro, Campus, 1989.
- ARANTES, Paulo. Sentimento da Dialética na experiência intelectual brasileira: dialética e dualidade segundo Antonio Candido e Roberto Schwarz. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo (1930-1964). 3 ed. Rio de Janeiro, Contraponto, 1996.
- CAMARGO, Aspásia de Alcântara. “A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964)”. In: FAUSTO, Bons (org.). História Geral da Civilização Brasileira. 5 ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1991. Tomo III, vol.10, pp. 121- 224.

CARDOSO, Fernando Henrique. As idéias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento. Petrópolis, Vozes, 1993.

FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. 24 cd. São Paulo, Editora Nacional, 1991.

FURTADO, CELSO: ECONOMIA. Organizador [da coletânea] de Oliveira. São Paulo, Ática, 1983. Coleção Grandes Cientistas Sociais: 33.

GOLDENSTEIN, Lídia. Repensando a Dependência. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

IGLÉSIAS, Francisco. "Os trinta anos de um livro seminal". In: Ciência Hoje, vol. 10, n 60, dez/1989, p. 50-1.

LÊNIN, Vladimir 1. O desenvolvimento do capitalismo na Rússia. 3 ed. São Paulo, Nova Cultural, 1988. 2 vol.

LEOPOLDI, Maria Antonieta. "O difícil caminho do meio". In: GOMES, Angela de Castro (org.). Vargas e a crise dos anos 50. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994.

MELLO, João Manuel Cardoso de. O capitalismo tardio. 9 ed. São Paulo, Brasiliense, 1994.

MORAES, Reginaldo. Celso Furtado, o subdesenvolvimento e as idéias da Cepal. São Paulo, Ática, 1995.

"Mundo do Amanhã" (entrevista com Celso Furtado). In: Veja, 08/01/1997, p. 8-11.

NOVAIS, Fernando. "Colonização e Sistema Colonial: discussão de conceitos e perspectiva histórica". In: Revista de História, São Paulo, 1969, XXXI. Anais do IV Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História.

'O custo Brasil é um mito', diz Celso Furtado". In: Gazeta Mercantil, 17/02/1997, p. A-6.

OLIVEIRA, Francisco. Elegia para uma Re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classe. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

_____. "Introdução: a navegação venturosa". In: FURTADO, CELSO: ECONOMIA. Organizador [da coletânea] Francisco de Oliveira. São Paulo, Atica, 1983. Coleção Grandes Cientistas Sociais: 33.

"O Pensamento econômico latino-americano: entrevista de Celso Furtado a Carlos Mallorquín". In: Novos Estudos, CEBRAP, n° 41, 1995.

PRADO JR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo (Colônia). São Paulo, Brasiliense, 1987.

ROUQUIÉ, Atam. O Extremo-Occidente: introdução à América Latina. São Paulo, Editora da USP, 1992.

SCHWARZ, Roberto. "Um Seminário de Marx". In: Folha de São Paulo, Caderno Mais!, 08/10/1995, p. 4-7.

SICSÚ, Abraham Benzaquen et alui. O GTDN da proposta à realidade: ensaios sobre a questão regional. Recife, Editora da UFPE, 1994. [incluído o texto do GTDN].

SUZIGAN, Wilson. Indústria Brasileira: origem e desenvolvimento. São Paulo, Brasiliense, s/d.

“Veja Essa”. In: Veja, 19/03/1997, p.15.

VERSIANI, Flávio Rabelo. “O economista como historiador”. In: Ciência Hoje, vol. 10, n 60, dez/1989, p. 51-3.